



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº CM 61/2021

Dispõe sobre a adoção de medidas emergenciais para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 no Município de Divinópolis/MG.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – O Município de Divinópolis, nos termos desta lei, pode adotar medidas no âmbito das políticas públicas de recursos humanos durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, declarado pelo Decreto nº. 13.756, de 13 de abril de 2020, e prorrogado pelo Decreto nº 14.101, de 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º – Fica autorizada a contratação temporária de excepcional interesse público para atuação nas unidades que prestem serviço médico-hospitalar da administração direta do Poder Executivo e de suas autarquias e fundações, visando ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, causada pelo coronavírus, considerando o disposto no art. 1º e no inciso I do art. 2º da Lei nº 4.450, de 22 de dezembro de 1998, e no Decreto nº. 13.756, de 13 de abril de 2020.

§ 1º – Para as contratações previstas no caput, a remuneração poderá ser fixada, por ato do Poder Executivo, em valor compatível com o dos salários pagos pela iniciativa privada para o desempenho das funções correspondentes às do pessoal contratado, ainda que superior ao da remuneração do cargo público equivalente, não se aplicando, nesta hipótese, o disposto no art. 8º da Lei nº 4.450, de 22 de dezembro de 1998.

§ 2º – As contratações realizadas conforme o previsto no caput prescindirão de processo seletivo e observarão o prazo máximo de seis meses previsto no inciso I do art. 4º da Lei nº 4.450, de 22 de dezembro de 1998, havendo possibilidade de prorrogação enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19, declarado pelo Decreto nº. 13.756, de 13 de abril de 2020.



Art. 3º – Para a ampliação da mão de obra e dos serviços de saúde para o combate à pandemia de Covid-19 no Município de Divinópolis, serão adotadas as seguintes medidas:

I– convocação de profissionais de saúde voluntários habilitados a atuar nas áreas envolvidas no combate à pandemia;

II– contratação de estudantes da área de saúde habilitados a atuar como estagiários, observadas as normas relativas à respectiva área de formação;

III– contratação de serviços de saúde por meio de credenciamento de pessoa física ou jurídica para atendimento da rede de saúde do Município;

IV– contratação temporária de excepcional interesse público de profissionais da área de saúde aposentados.

§ 1º – Para fins dos incisos I e II do caput, o Município criará e administrará cadastro de profissionais ativos e inativos e de estudantes da área de saúde credenciados para atuação no combate à pandemia no Estado.

§ 2º – Na contratação a que se refere o inciso II do caput, será dada preferência a estagiários que, de acordo com as normas regulamentares do estágio, estejam autorizados a realizar procedimentos necessários ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

§ 3º – O valor da contraprestação pelos serviços previstos no inciso III do caput poderá ser fixado em valor compatível com os praticados na iniciativa privada para o desempenho das atividades correspondentes.

§ 4º – A atuação dos profissionais e dos estudantes e a prestação dos serviços contratados nos termos do caput poderão se dar em estabelecimentos da rede de saúde pública, em estabelecimentos filantrópicos e nos demais estabelecimentos da



rede privada credenciada no Sistema Único de Saúde no Município.

§ 5º – A prestação de serviço em estabelecimento privado na forma do § 4º não gera vínculo de qualquer natureza entre estabelecimento e prestador, mantida a responsabilidade do Município pelas despesas de contratação e por eventuais danos causados a terceiros.

Art. 4º – Cabe ao Poder Executivo a gestão das informações relativas ao cadastro previsto no § 1º do art. 2º e às necessidades de pessoal verificadas no Município, bem como a alocação, de forma eficiente, dos profissionais de saúde e estudantes admitidos na forma do art. 2º.

Art. 5º – O Poder Executivo promoverá a divulgação do cadastro previsto no § 1º do art. 2º e realizará campanhas de incentivo ao voluntariado de profissionais de saúde no combate à pandemia de Covid-19 no Município.

Art. 6º – A criação do cadastro previsto no § 1º do art. 2º se dará no prazo de quinze dias contados da data de publicação desta lei

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O aumento de internações por Covid-19 pressiona a estrutura hospitalar em todo o Município, que além de enfrentar a lotação dos leitos, lida com a falta de profissionais de saúde nos hospitais.

Entidades da área médica já indicavam a escassez de mão de obra desde o início da pandemia, fator que contribuiu para a exaustão e o adoecimento de diversos profissionais de saúde que estavam na linha de frente. Grande parte dos profissionais já trabalha em mais de uma instituição e vive em rotina de estresse quase insustentável.

Diante da gravidade desse contexto, o projeto de lei ora apresentado tem o intuito de contribuir para solucionar as dificuldades na contratação de profissionais



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

de saúde e permitir a utilização de toda a mão de obra disponível para o enfrentamento da pandemia no Município de Divinópolis.

Divinópolis, 31 de março de 2021.

Lohanna França
Vereadora de Divinópolis
Líder da bancada do Cidadania